

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 529.604 - PR (2019/0254614-7)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : ALENCAR DE SOUZA NEVES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ALENCAR DE SOUZA NEVES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado de próprio punho em favor de ALENCAR DE SOUZA NEVES, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela prática do delito de tráfico de entorpecentes, cuja custódia foi convertida em preventiva.

Impetrado *mandamus* perante o Tribunal local, a ordem teria sido denegada.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta, em síntese, que não está fundamentada a decisão que decretou a prisão preventiva, estando ausentes, na espécie, os requisitos do art. 312 do CPP.

Requer a concessão da ordem para deferir-se a liberdade provisória à paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo não conhecimento do *writ* ou pela denegação da ordem.

Na origem, o processo n. 0010152-87.2019.8.16.0045 encontra-se com denúncia recebida e em fase de citação dos acusados, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo* em 1º/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Friso, inicialmente, que o presente remédio constitucional foi impetrado pelo próprio paciente, que não trouxe completa documentação instrutória.

Com o objetivo de sanear o vício, foram solicitadas informações ao Tribunal de origem, no sentido de que fosse enviado acórdão indeferitório do *writ* lá impetrado. Em resposta, a Corte de Justiça estadual enviou decisão de indeferimento da liminar, não havendo, ainda, decisão colegiada na ação constitucional (fls. 57-69).

Superior Tribunal de Justiça

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de indeferimento do pedido liminar, trazida aos autos através do ofício da autoridade impetrada, foi assim fundamentada (fls. 62-69):

No caso dos autos, o paciente foi preso em flagrante na data de 25/07/2019 ante a prática, em tese, do crime de roubo, tendo a prisão sido convertida em preventiva também em 25/07/2019, conforme se infere da narrativa fática contida no Boletim de Ocorrência (mov. 1.5).

[...].

Apesar das alegações do impetrante, não se verifica a ocorrência de constrangimento ilegal a justificar a revogação da prisão preventiva do paciente.

De início, cabe destacar que o impetrante apresenta questionamentos acerca da própria tipificação da conduta perpetrada pelo paciente, o que, contudo, é inviável no presente writ. Vale dizer, questões de mérito devem ser suscitadas no âmbito da ação penal, e não na estreita via do *habeas corpus*.

[...].

A existência de crime e os indícios suficientes de autoria restam devidamente evidenciados, conforme se infere dos elementos de prova até agora colhidos no inquérito policial.

Por outro vértice, em que pesem os argumentos apresentados no writ, diante da gravidade em concreto da conduta do paciente, a custódia se mostra necessária como forma de garantir a ordem pública, conforme bem observado pelo juízo de primeiro grau, ao decretar a prisão preventiva do acusado:

Embora o autuado ALENCAR seja primário, também possui outros feitos em seu desfavor e a manutenção da segregação cautelar deve se dar para evitar reiteraões criminosas, considerando, especialmente, a complexidade e multiplicidade dos fatos relatados nos autos. (mov. 54.1).

Vale dizer, **o juízo de primeiro grau, acertadamente e de maneira fundamenta, vislumbrou especial relevância nas circunstâncias do caso concreto, em que o paciente, em concurso de pessoas, incorreu, em tese, na prática de uma série de crimes, asseverando, ainda, que o acusado já responde a outras ações penais, indicando que a sua colocação em liberdade representa risco à garantia da ordem pública.**

[...].

Superior Tribunal de Justiça

Neste contexto, diversamente do que sustenta o impetrante, não há que se falar em ausência de fundamentação junto à decisão impugnada e tampouco inexistência de fundamentação idônea a justificar o decreto prisional.

Assim, ao menos por ora, em sede de cognição sumária, há que prevalecer a percepção do juízo singular a respeito da realidade dos fatos apresentados em meio à investigação.

Além disso, o paciente foi preso pela prática, em tese, de crime doloso cuja pena máxima supera quatro anos, sendo preenchido o requisito que autoriza a prisão preventiva previsto no art. 313,1, do CPP.

[...].

Por derradeiro, consigne-se que eventuais condições pessoais favoráveis do paciente, isoladamente, além de não imponham a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, não afastam a possibilidade de decretação da prisão preventiva, desde que presentes os requisitos do art. 312 do CPP, como no caso. Este entendimento está consolidado neste Tribunal, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal

3. Ante o exposto, indefiro a liminar pleiteada.

Já o decreto prisional apresentou a seguinte fundamentação (fl. 15-16):

Trata-se de comunicação de prisão em flagrante que faz a Autoridade Policial de Arapongas/PR após a captura em flagrante delito dos flagrados KEVIN DE SOUZA, RODRIGO FERREIRA HUDSON BORGES e OTÁVIO LUIZ FONTANA pela prática, em tese, dos crimes de **porte ilegal de arma de fogo, acessório ou munição de uso permitido, roubo e associação criminosa**; e ALENCAR DE SOUZA NEVES pela prática do crime de tráfico de entorpecentes.

[...]

No caso concreto, tem-se que os flagrados foram presos em flagrante delito pela prática, em tese, de diversas atividades delituosas de significativa gravidade.

As provas da materialidade do delito se encontram nos autos pelo auto de prisão em flagrante, depoimentos policiais, filmagens e identificação de características dos autuados semelhantes com os envolvidos com o crime.

De igual sorte, os indícios suficientes de autoria também estão caracterizados, pois conforme se infere das informações supracitadas, um dos autuados tentou, inclusive, se evadir no momento em que houve a prisão dos demais flagrados.

Assim, observados os elementos contidos nos autos, verifica-se que os indícios de autoria e prova da materialidade delitiva estão presentes nos autos.

Ademais, os autuados RODRIGO e OTÁVIO são reincidentes e possuem execução de pena em tramite, sendo o autuado OTÁVIO reincidente específico. Quanto ao autuado KEVIN, identifico ser tecnicamente primário, no entanto, possui outros registros criminais, devendo a segregação cautelar ser mantida para evitar reiterações criminosas.

Embora o autuado ALENCAR seja primário, também possui outros feitos em seu desfavor e a manutenção da segregação cautelar deve se dar para evitar reiterações criminosas, considerando, especialmente, a complexidade e multiplicidade dos fatos relatados nos autos.

Superior Tribunal de Justiça

Cito, por último, que a segregação também se justifica pelas condições em que a prisão ocorreu, **organização dos envolvidos para a prática, em tese, dos delitos**, sendo o contexto dos autos complexo e a pena máxima em abstrato dos crimes superior a 4 de reclusão.

Portanto, deve-se considerar a reprovabilidade da atividade criminosa, envolvendo violência contra pessoa, atrelada, em tese, à reiteração criminosa, o que recomenda a manutenção de sua custódia cautelar, em preservação da ordem pública, evitando a insegurança social.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, com fundamento nos artigos 312 e 313, I do Código de Processo Penal, converto o flagrante para decretar a prisão preventiva de KEVIN DE SOUZA, RODRIGO FERREIRA HUDSON BORGES e OTÁVIO LUIZ FONTANA e ALENCAR DE SOUZA NEVES, para fins de garantir a ordem pública.

[...]

Como se vê, consta do decreto prisional fundamentação que deve ser entendida como válida para a prisão preventiva, evidenciando-se a periculosidade do paciente em decorrência de sua vivência delitiva, tendo em vista que embora *o autuado ALENCAR seja primário, também possui outros feitos em seu desfavor e a manutenção da segregação cautelar deve se dar para evitar reiterações criminosas, considerando, especialmente, a complexidade e multiplicidade dos fatos relatados nos autos*. Tem-se também que a prisão se justifica *pelas condições em que a prisão ocorreu, organização dos envolvidos para a prática, em tese, dos delitos, sendo o contexto dos autos complexo e a pena máxima em abstrato dos crimes superior a 4 de reclusão*.

Conforme a jurisprudência pacífica do STJ, a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização, evidenciada no número de integrantes. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min.

Superior Tribunal de Justiça

Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014. Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Não se verifica, portanto, ilegalidade para justificar a mitigação do enunciado da Súmula n. 691 do STF.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.



MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator